



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 11 | Nº. 20 | Jan./Jun. de 2019

Clódson dos Santos Silva

*Professor Adjunto IV da
Universidade Estadual do Piauí.
clodson@phb.uespi.br*

PATRIMÔNIOS EM DISPUTA - Conflitos Ocasionalmente no processo de criação do Parque Nacional Serra da Cativara, Piauí

RESUMO

Em 1979, a identificação de registros rupestres e vestígios arqueológicos levaram a criação do Parque Nacional Serra da Capivara – PI/ Brasil. Tal fato desencadeou uma série de conflitos ocasionados pelo processo de deslocamento dos habitantes desta localidade. Este artigo investiga como o histórico dos conflitos locais afetaram as representações sociais construídas entorno do patrimônio cultural pré-histórico da região.

Palavras-chave: Patrimônio Arqueológico; Conflito; Parque Nacional Serra da Capivara.

ABSTRACT

In 1979, the identification of rock art records and archaeological vestiges led to the creation of the Serra da Capivara National Park - PI / Brazil. This fact triggered a series of conflicts caused by the process of displacement of the inhabitants of this locality. This article investigates how the history of local conflicts affected the social representations built around the prehistoric cultural heritage of the region.

Keywords: Archaeological Patrimony; Conflict; Serra da Capivara National Park.

Introdução

O Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC), localizado no sudeste do estado do Piauí, a 415 km da cidade Teresina, é uma área de preservação permanente do bioma da Caatinga amplamente reconhecida pelas pesquisas arqueológicas que se debruçam sobre a pré-história local, especificamente aquelas investigações associadas ao povoamento das Américas e aos registros rupestres. Apesar desta notoriedade, poucos brasileiros, fora do campo acadêmico, conhecem o Parque Nacional Serra da Capivara. Tal desconhecimento poderia ser explicado pelo difícil acesso a região onde está situado o Parque. Contudo, o que surpreende ainda mais é o fato de parte considerável dos habitantes que residem nas cidades do entorno do Parque não se identificarem com este que é considerado, pela UNESCO, Patrimônio Cultural da Humanidade.

Este artigo busca analisar como os conflitos identitários em relação a esse patrimônio encobrem o histórico de uma tensa relação entre parte dos moradores locais e as instituições que administram o Parque: *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade* – (ICMBio) e *Fundação Museu do Homem Americano* - (Fumdam). Para isso, procuramos fugir de uma visão maniqueísta presente em alguns trabalhos que analisam o histórico de ocupação daquela região, que se limitam a reproduzir discursos institucionais como do ICMBio e da Fumdam ou, ainda, que tomam exclusivamente as representações nativas dos moradores locais como “verdades absolutas” e não como produto de construções sociais. Buscando ir além desta polaridade, investigamos as diferentes representações sociais e documentos construídos entorno do PNSC.

Para alcançarmos tal objetivo, levamos também em consideração as representações que os moradores locais constroem em torno do trabalho de um conjunto de pesquisadores que atuam em diversas disciplinas, que são tratados genericamente como “arqueólogos” e que, aos olhos de parte da população local, corporificam as instituições ligadas ao Estado. Além disso, examinamos o documento produzido por M. Cristina Pompa (1987), antropóloga que atuou junto ao Instituto Antropológico do Rio de Janeiro, e que esteve diretamente envolvida no processo de levantamento da situação fundiária da região, antes da demarcação definitiva do Parque. Levantamos, também, teses e dissertações que se debruçaram sobre diferentes aspectos da criação e manejo do Parque Nacional Serra da Capivara.

Já a inserção no campo ocorreu de duas maneiras: Por um lado, deu-se ao longo dos anos de 2009 a 2012 quando fiz parte do quadro docente da Universidade Estadual do Piauí no Campus de São Raimundo Nonato - UESPI. A partir deste espaço social, sondei as diferentes representações que a população local foram construindo em relação ao Parque. Importante salientar que os alunos e funcionários deste campus são compostos por muitos filhos e netos ou parentes de camponeses que habitavam as terras que hoje constituem o PNSC. Visitei também o Assentamento Novo Zabelê, comunidade que abriga várias famílias reassentadas por causa da criação do Parque; Por outro lado, deu-se quando ingressei no curso de Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial, na Universidade Vale do São Francisco - Univasf. Os alunos e funcionários desta instituição são constituídos, em sua maioria, por pessoas consideradas pela população local como *outsiders* (ELIAS, 2000). São pesquisadores, técnicos e alunos de outras regiões que ingressaram no primeiro curso de Arqueologia, oferecido por uma instituição de ensino federal no Brasil.

O ingresso na Univasf ofereceu um relativo trânsito aos bastidores das instituições que são associadas, pela população local, ao Parque: Univasf, Museu do Homem Americano e Fumdham. Além disso, obtive um tipo de acesso ao interior do Parque que normalmente um visitante ocasional não teria: participei de trabalhos de prospecção arqueológica no *Antigo Zabelê* e de escavações de sítios históricos e pré-históricos no interior e no entorno do PNSC.

Histórico da ocupação da região

O histórico da ocupação da região Parque Nacional Serra da Capivara compreende desde a presença de grupos de agricultores-ceramistas pré-históricos, passando por tribos indígenas que entraram em contato com colonos europeus, até a consolidação da ocupação colonial no Piauí a partir do século XVIII.

As inúmeras pinturas rupestres com cenas de conflitos analisadas por Justamand et. al. (2017), registradas nos paredões de arenito da Serra da Capivara, oferecem fortes indícios que diferentes agrupamentos humanos, no período pré-histórico, já haviam disputado territorialmente aquele lugar.

No que se refere aos grupos indígenas que habitavam a região no período do contato com os colonizadores, podemos enfatizar a presença dos Pimenteiras, que em conjunto com os Acroás, Macozes, Cherens, Gueguêz, Kamakam e Jeicó, formavam a etnia Jê (SOUSA, 2005, p.78). No entanto, não é possível afirmar categoricamente

que o termo Pimenteira se aplicava exclusivamente a um ou a vários grupos étnicos (FUMDHAM, 1998).

De acordo com Sousa (2005), a ocupação histórica efetivamente teve início com o estabelecimento da Fazenda Grande, originalmente denominada de Sítio Serra Nova. Segundo a autora, entre os séculos XVIII e XIX, os povos nativos que habitavam tal localidade foram quase completamente dizimados, os que sobreviveram provavelmente foram incorporados através da mestiçagem na população local, e suas terras transformadas em lavouras e fazendas de gado. Conforme Godoi (1999), este primeiro foco de ocupação estável dos colonos brancos está associado, nas narrativas orais, à figura de Vitorino Dias Paes Landim. Segundo a autora, Vitorino é o “ancestral comum”, o primeiro colono a chegar e se instalar com sua família, no começo do século XIX, na região que hoje corresponde ao Parque Nacional Serra da Capivara.

Historiadores apontam conflitos territoriais entre o grupo familiar de Vitorino e grupos indígenas nativos como os grandes responsáveis pela expulsão ou dizimação dos índios desta região. Os familiares de Vitorino ainda receberam à época do governo estadual a propriedade das terras. No interior e no entorno do Parque ainda hoje se encontram vestígios arqueológicos da cultura material associada à ocupação histórica da região (OLIVEIRA; BUCO; IGNÁCIO, 2009).

Outro período importante para a compreensão do histórico de ocupação e de conflitos territoriais na região são os dois ciclos extrativista da maniçoba, que foram impulsionados pela expansão das indústrias automobilística, elétrica e militar no mercado mundial. A maniçoba (*Manihot piauhyensis*) é uma planta que produz látex, utilizada na produção de borracha natural. Tal produto obteve significativa demanda no mercado internacional naquele período, sendo responsável pela prosperidade econômica do sudeste do Piauí (QUEIROZ, 2015).

Nestes dois ciclos, os municípios de São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Caracol e Canto do Buriti se destacaram como importantes centros de extração e cultivo do produto. Godoi (1999) argumenta que foi justamente durante o ciclo da maniçoba que pessoas de outros estados migraram para esta região, incorporando-se à população local. Especialmente no primeiro ciclo, a integração de contingentes de trabalhadores oriundos dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, atraídos pelos maniçobais, gerou uma enorme tensão na região. Segundo Queiroz (2015), os trabalhadores vindos de fora eram atribuídos, pela população local, a um clima de desordem e violência. Os forasteiros eram recorrentemente acusados de andarem

armados, assassinarem pessoas, incendiarem roças e casas, e também a matança de animais. Os conflitos eram ocasionados pelas disputas por posses de terras, controle de zonas de produção da maniçoba e, em alguns casos, pelo poder político (OLIVEIRA, 2014, p. 126).

O primeiro ciclo da maniçoba ocorreu a partir da segunda metade do século XIX e início do XX, e caiu em decadência devido a competição com produtores asiáticos no mercado internacional. Já o segundo ciclo ocorreu a partir da década de 1940 até 1960, e tem como pano de fundo a Segunda Guerra Mundial, quando os japoneses dominaram os mercados produtores asiáticos, levando os americanos a incentivarem a produção de látex em outras regiões. O fim da Segunda Guerra Mundial e do controle da produção asiática de látex pelos japoneses, a queda dos preços e a crescente substituição do produto por sintéticos derivados do petróleo fez com que a demanda pelo látex produzido na região fosse perdendo importância econômica (OLIVEIRA; BUCO; IGNÁCIO, 2009).

Outro marco responsável por alterar novamente a dinâmica territorial da população local foi a chegada dos arqueólogos na região, na década de 1970. Dez anos antes, durante o tempo em que trabalhava no Museu Paulista, Niède Guidon foi contatada por um morador de São Raimundo Nonato que narrou a existência de pinturas rupestres na sua região. Em 1973, durante uma visita exploratória com auxílio de camponeses locais, alguns destes remanescentes dos maniçobeiros, Niède Guidon identificou uma relevante quantidade de sítios arqueológicos com registros rupestres, localizados em abrigos sobre rocha que eram designados pelos camponeses como “tocas”. Até então, os camponeses não dimensionavam a importância dos registros rupestres presentes nas terras que habitavam e recorrentemente os identificavam como “pintura de índio velho”. Conforme, Cristina Pompa:

No horizonte de representações do povoado, as “tocas” não constituem um ponto referencial da vida social. Os marcos de referência são os baixões, onde se localizam as roças[...]. Serra, açude, roças: esses são os marcos referenciais da vida humana, pontos culturalmente significativos na organização do espaço camponês (POMPA, 1987: 11).

Pompa argumenta que para os camponeses as “tocas” pelas quais os arqueólogos se interessavam permaneciam a uma dimensão indiferenciada ao espaço “natural”. As tocas eram associadas àqueles mesmos índios que foram expulsos por Vitorino, “ancestral comum” que interliga todos os membros da comunidade. Cristina

Pompa conclui que, para os camponeses, as pinturas rupestres eram associadas aos índios, portanto símbolo de uma identidade oposta, de uma alteridade absoluta (POMPA, 1987, p. 11).

Desta forma, a chegada dos pesquisadores não foi, a princípio, interpretada como uma ameaça a posse camponesa daquele território, já que inicialmente eles não se interessavam pelos espaços de moradia e produção. Contudo, a continuidade das escavações através da *Mission Archéologique et Paléontologique du Piauí* acabou revelando uma extraordinária quantidade de registros rupestres com características únicas que indiretamente repercutiram sobre a permanência dos camponeses naquele local.

Em 1978, Niède Guidon encaminhou um relatório para Brasília mostrando a importância dos vestígios arqueológicos encontrados e ressaltando a necessidade de preservar o bioma da Caatinga. Em resposta, em 1979, o governo Federal instituiu o Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). O parque foi inicialmente criado com uma área de 100.000 ha, através do Decreto Presidencial nº 83.548, de 05 de junho de 1979. Com base no Decreto Presidencial nº 99.143, de 12 de março de 1990, a área de proteção ambiental do Parque Nacional foi aumentada para 129.140 ha.

Como podemos constatar, o histórico de ocupação e de conflitos territoriais daquela área compreende diferentes agrupamentos humanos que vão desde a presença de grupos de agricultores-ceramistas pré-históricos, de grupos indígenas que habitavam a região no período de contato, da ocupação originada pela colonização europeia a partir do século XVIII, da interação conflituosa de contingentes de trabalhadores oriundos da Bahia, Pernambuco e Ceará com a população local durante os ciclos da maniçoba, e do encontro, no final da década de 1970, dos arqueólogos da Missão Francesa com os camponeses que habitavam aquela região. Entretanto, acreditamos que são os conflitos territoriais acionados no processo de criação do Parque Nacional Serra da Capivara que repercutiram no processo de identificação de parte da população local com aquele patrimônio.

Conflitos no processo de criação do Parque Nacional Serra da Capivara

No decorrer de algumas décadas de pesquisa, Niède Guidon identificou um acervo monumental de registros rupestres e vestígios arqueológicos referentes aos primeiros habitantes do continente Americano. Tais descobertas levaram o Parque

Nacional Serra da Capivara a ser declarado pela UNESCO, em 1991, como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Contudo, a enorme repercussão científica do Parque frequentemente ofusca para o grande público os elementos conflituosos que colocam em xeque a identificação de parte dos moradores locais com aquele patrimônio. Nas incursões em campo, foi possível constatar o ressentimento ainda presente na memória de parte da população local afetada pelo processo de criação do Parque.

Analisando a bibliografia e documentos produzidos sobre o Parque Nacional Serra da Capivara, identificamos a hegemonia das narrativas institucionais. Os discursos contidos na imensa maioria destes documentos apontam a importância do Parque a partir do seu bioma, dos fósseis da sua megafauna e, especialmente, das descobertas científicas no campo da Arqueologia Pré-histórica. A reprodução do discurso institucional negligencia as diferentes etapas do conflituoso processo de criação do PNSC. Ou seja, através desses trabalhos, quase nada conhecemos sobre os impactos que a criação do Parque desencadeou no cotidiano dos moradores locais que não foram absorvidos como mão-de-obra no setor de turismo, ou de pessoas que receberam capacitação para integrarem o corpo técnico das instituições criadas para administrar o Parque.

Vale destacar ainda que a criação do Parque institucionalizou normas que alteraram o relacionamento da população local com o meio ambiente. A fiscalização ambiental, que anteriormente era apenas formal, foi efetivamente colocada em prática, provocando profundas modificações nos costumes da população local relacionados ao meio ambiente. A roça, o corte de madeira e a caça na região do PNSC eram atividades cotidianas daquelas pessoas. Contudo, com a instalação, em 1991, do escritório do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) em São Raimundo Nonato, tais práticas passaram a ser efetivamente criminalizadas e rigidamente coibidas.

Além disso, a criação do Parque como uma Unidade de Conservação Proteção Integral da Natureza acarretou a desapropriação territorial das populações que habitavam a área que passou a pertencer ao PNSC. Naquela época, o Código Florestal e Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiro determinava que nenhuma comunidade humana continuasse trabalhando ou morando dentro da Unidade de Conservação.

O processo de desapropriação é um dos elementos fundamentais para compreender a dificuldade de parte desta população não se identificar com este patrimônio. O exemplo mais emblemático deste conflito pode ser identificado no processo de desapropriação dos moradores do Povoado do Zabelê. Este povoado, situado

integralmente dentro da área do Parque, era composto por cinquenta e duas famílias de camponeses, totalizando quatrocentos e vinte e quatro pessoas (POMPA, 1987). Como os moradores do Zabelê não possuíam documentos de propriedade das terras, foram então tratados legalmente como posseiros, sendo indenizados apenas por suas benfeitorias. Tal desapropriação desencadeou um longo e polêmico processo de reassentamento que ainda gera conflitos e ressentimentos de parte da população local em relação à criação do PNSC. Além disso, “a repressão à caça, e a retirada dos moradores do Zabelê dos limites do Parque são a origem do ressentimento de parte da população em relação ao ‘IBAMA’, e a ‘doutora’ (Niède Guidon), duas entidades que se misturam no imaginário popular ” (BASTOS, 2010: 81).

Os dados revelados por Pompa (1987) durante seu trabalho de campo para o levantamento preliminar da situação fundiária e social da região, através do *Instituto Antropológico do Rio de Janeiro* - (IPARJ) são elucidativos e nos ajudam a compreender os bastidores destes conflitos. Segundo a pesquisadora, o *Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal* - (IBDF), responsável pela demarcação definitiva dos limites das terras que seriam utilizadas para formação do Parque, repassou recursos para que o *Instituto de Terras do Piauí* - (INTERPI) realizasse a pesquisa fundiária. Todavia, o INTERPI terceirizou a pesquisa fundiária e social para uma empresa privada. Essa empresa não realizou integralmente a pesquisa, negligenciando em seu relatório a presença de moradores na área. Pompa é enfática nesse sentido, “[...] o Parque foi criado e, até certo ponto, delimitado ‘no papel’, sem que nem os técnicos do IBDF, nem os do INTERPI estivessem na área” (POMPA, 1987: 05).

Com a criação formal do Parque, os técnicos do INTERPI começaram a demarcar abruptamente as terras sem um trabalho prévio de esclarecimento junto aos camponeses. Não houve a preocupação de desenvolver medidas mitigatórias e compensatórias, tais como a execução de programas de educação ambiental que contasse com a participação efetiva dos camponeses afetados no processo de redefinição do uso de apropriação dos recursos ambientais do PNSC. Até esse momento, a Missão Franco Brasileira dirigida por Niède Guidon revelava-se apenas como mediadora entre os camponeses e os órgãos estadual (INTERPI) e federal (IBDF) responsáveis pela demarcação do Parque. Os pesquisadores chegaram a propor um conceito de parque nacional totalmente novo para aquela época, que demandaria a modificação do Código Florestal (Lei 4771 de 15/9/65) e do Regulamento dos Parques

Nacionais, Estaduais e Municipais (Decreto 84017 de 21/9/79) para que os camponeses permanecessem na área do Parque (POMPA, 1987).

Entretanto, diante dos impasses que se arrastavam há anos, a Missão Franco Brasileira conseguiu que o IBDF transferisse para o *Instituto Antropológico do Rio de Janeiro* - IPARJ a tarefa de levantamento social e fundiário, bem como a avaliação das benfeitorias para o cálculo das indenizações. Este é um episódio muito relevante porque marca um ponto de inflexão do papel da Missão Franco Brasileira, pois vai ser a partir deste contexto que a arqueóloga Niède Guidon personificará, aos olhos de parte da população local, o alvo para quem deveriam ser direcionadas suas reivindicações.

Esta mudança de perspectiva foi identificada por Pompa (1987) quando a Missão Franco Brasileira e o IPARJ retomaram o processo de levantamento fundiário e os seus técnicos passaram a ser hostilizados por parte dos camponeses. Foi neste contexto que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em conjunto com o Presidente do INTERPI, começou a se opor abertamente a demarcação das terras do PNSC.

[...] o papel do INTERPI enquanto “governo” tinha se modificado radicalmente. O presidente do INTERPI, entre fevereiro e maio, tinha visitado muitas vezes o Zabelê, prometendo que conseguiria, junto ao governo federal e estadual, “recortar” a região de trabalho e moradia do Zabelê da área do Parque. Além disso, ele prometera a criação de uma colônia no Zabelê, através de assentamento de outros sem terra, com água encanada, luz elétrica, posto de saúde, etc (POMPA, 1987: 13).

Neste campo de conflitos é importante considerar o lugar de fala do recém nomeado presidente do INTERPI. Tratava-se de um político local que havia disputado uma vaga para o legislativo estadual e que não obtivera êxito. Contudo, com a vitória da sua facção para o governo do estado, ele recebeu a nomeação da presidência do INTERPI. Sua intervenção naquele campo de conflitos sinalizava a consolidação de uma base local de apoio político para futuras eleições.

Para Pompa, o reassentamento dos moradores para a beira da estrada BR 020 que liga São Raimundo Nonato a Teresina representaria uma melhoria na vida dos moradores do Povoado Zabelê. Estes camponeses habitavam “[...] numa zona muito isolada, distante da rodovia, e que mantinha contato com São Raimundo Nonato apenas uma vez por semana, através de um caminhão da feira que leva os agricultores e seus produtos para feira da cidade” (POMPA, 1987: 04). No entanto, a autora argumenta que “*expoentes da política local*”, na expectativa de valorização monetária das terras nas

proximidades da rodovia, apropriaram-se destas áreas devolutas, promovendo um selvagem desmatamento e inviabilizando o processo de reassentamento dos camponeses às margens do Parque.

O fato de a comunidade Zabelê estar localizada no interior do Parque, e não nas bordas ou no entorno, como foi o caso de outros povoados, fez com que seus moradores fossem os primeiros indenizados com recursos captados pela Fumdam em instituições internacionais, entre os anos de 1987 a 1989. Após o processo de expropriação, todos os resquícios do povoado do Zabelê foram destruídos junto com suas territorialidades, restando apenas o cemitério da comunidade que foi incorporado aos padrões estéticos da arquitetura do parque (LEVY, 2006).

Entretanto, tão ou mais conflituoso que o processo de desapropriação e definição das indenizações foi o fato dos habitantes desta comunidade não serem reassentados imediatamente. Na expectativa de logo serem reassentados, os antigos moradores do Zabelê estabeleceram-se no município de São Raimundo Nonato. Alguns compraram terras com o dinheiro das indenizações, outros compraram casas na cidade ou, sem princípios de investimento mais concretos, acabaram desperdiçando esses recursos em um período marcado pela hiperinflação. O fato de essas pessoas terem sido distanciadas do trabalho nas roças, antes sua principal atividade econômica, fez com que se dispersassem nas migrações ou nos desentendimentos familiares, muitos ficando marginalizados nas cidades (LEVY, 2006: 150).

Foi apenas em meados dos anos 1990 que o *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA) destinou terras para os moradores do povoado Zabelê, no Assentamento Lagoa. Entretanto, juntamente com esses camponeses, articulações políticas conseguiram incorporar outras famílias que não pertenciam ao Zabelê. Destarte, não houve um processo de reassentamento que buscasse reagrupar os moradores do povoado Zabelê. Na tentativa de resgatar simbolicamente a memória do antigo Povoado Zabelê, os remanescentes daqueles camponeses expropriados nomearam suas novas terras de Novo Zabelê.

Considerações finais

É inegável o valioso trabalho desenvolvido desde o início dos anos 1970 pelos arqueólogos no processo de identificação e salvaguarda do patrimônio cultural pré-histórico da região Serra da Capivara. Entretanto, como podemos perceber a partir dos

argumentos apresentados ao longo deste texto, existem conflitos ocasionados no processo de criação do Parque Nacional Serra da Capivara que repercutem na falta de identificação de parte da população local com o patrimônio salvaguardado pelo Parque. Tais conflitos podem ser explicados, resumidamente, a partir de quatro fatores:

Primeiro, a tensa relação entre um grupo de pessoas (formado por parte dos camponeses desapropriados; representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; e políticos ligados ao Instituto de Terras do Piauí) em oposição as instituições associadas à criação e administração do Parque: ICMBio e Fumdam. A falta de clareza sobre o papel dos diferentes atores sociais que estiveram envolvidos no processo de desapropriação dos moradores do povoado Zabelê contribuiu para que, parte da população local, passasse a reproduzir um equivocado maniqueísmo que contrapõe os camponeses e o Parque personificado na figura da “Dra. Niède Guidon”. Tal fato ainda foi agravado pelo forte personalismo que os moradores locais constroem entorno das instituições públicas e dos seus representantes. No imaginário de parte da população local, Niède se funde e se confunde com a história do próprio Parque. A sua excentricidade e forte personalidade é difundida no imaginário da população local, dividindo opiniões entre aqueles que a reverenciam, aqueles que a respeitam, aqueles que a temem ou ainda aqueles que se ressentem. É importante destacar que com exceção do documento produzido por Pompa (1987), o papel desempenhado pelos “políticos locais” neste processo conflituoso frequentemente não é mencionado. Todavia, foram as ações destes “políticos” que indiretamente inviabilizaram o rápido reassentamento dos moradores do povoado do antigo Zabelê ao se apropriarem das terras que circundavam o PNSC, e capitalizaram adesões ocasionadas por este conflito, que posteriormente foram convertidas em capital político nas eleições estaduais;

Segundo, os conflitos ocasionados pelo processo de criminalização das práticas predatórias que parte da população local tinha com o meio ambiente, especificamente a caça de animais silvestres e o corte de madeira nativa. Devemos levar em consideração que, se por um lado, parte dos moradores locais foi impedida pela fiscalização ambiental de exercer os costumes que praticavam livremente antes da implantação do Parque, por outro, não devemos esquecer que o Parque promoveu mudanças nos modos de viver de muitos desses sujeitos que foram incorporados como parte do quadro de funcionários deste e, também, daqueles que foram direta ou indiretamente absorvidos pelo mercado turístico. Nesse sentido, a importância econômica da cadeia produtiva do turismo cultural e ecoturismo acionada pelo fluxo de

visitantes do PNSC cada vez é mais reconhecida pela população local. A inauguração do Museu da Natureza no final de 2018, que conta com um enorme acervo de fósseis da megafauna, destacou a história natural da região. Além disso, o patrimônio geológico e geomorfológico do PNSC está sendo cotado para integrar a Rede Internacional de Geoparques da Unesco. O que pode ampliar ainda mais o leque de bens salvaguardados pelo PNSC;

Terceiro, a ausência de uma continuidade ocupacional dos grupos pré-históricos. Até a atual população que ocupa a região também pode ser apontada como um elemento importante que, historicamente, tem ocasionado a falta de identificação dos atuais habitantes com o patrimônio material pré-histórico salvaguardado no Parque. Vale lembrar que parte da população local descende diretamente de colonos europeus que dizimaram os grupos indígenas que ocupavam aquela região;

Quarto, a hegemonia das pesquisas arqueológicas que se debruçam quase que exclusivamente sobre a ocupação pré-histórica da região. Em relação a este último fator é importante destacar que tão relevante como o passado remoto da região, são os recentes trabalhos científicos desenvolvidos pela Arqueologia Histórica. A Arqueologia Histórica estuda a cultura material associada a períodos históricos, ou seja, lapso em que se desenvolveram sociedades com escrita, a partir de um enfoque interdisciplinar caracterizado pelo uso da evidência arqueológica e documental. Conforme Charles Orser (2000), a Arqueologia Histórica se debruça sobre a cultura material associada aos efeitos do mercantilismo e do capitalismo, trasladada da Europa a partir do final do século XV. Nesse sentido, tal disciplina examina a cultura material de épocas posteriores à colonização europeia recorrendo a diferentes tipos de fontes que vão desde artefatos, estruturas, objetos arquitetônicos, documentos escritos, fontes orais e iconográficas.

Sabemos que é notória a ligação que o Parque Nacional Serra da Capivara tem com a ocupação pré-histórica da região. Entretanto, a inexistência de uma nítida continuidade ocupacional dos grupos pré-históricos até a atual população que ocupa aquela região tem causado, historicamente, uma falta de identificação dos atuais habitantes com o patrimônio cultural hoje protegido pelas políticas de preservação do patrimônio.

As representações que os moradores locais constroem em torno dos “arqueólogos” também vêm se resignificando. Cada vez mais jovens locais vão sendo

incorporados por atividades ligadas direta ou indiretamente ao Parque: seja quando ingressam no curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial oferecido em São Raimundo Nonato pela Universidade Vale do São Francisco, quando recrutados para trabalhar nos laboratórios da Fumdham, ou ainda quando passam a compor a equipe de guias turísticos cadastrados no ICMBio.

Em relação ao processo de identificação dos moradores com o Parque Nacional Serra da Capivara, acreditamos que a ampliação das pesquisas em Arqueologia Histórica, especialmente as escavações e a musealização de sítios que buscam salvaguardar o patrimônio histórico, podem contribuir para consolidar vínculos de pertencimento entre a população local e o PNSC. A criação do *Circuito Histórico da Jurubeba* e da *Trilha Caminho dos Maniçobeiros* são duas iniciativas emblemáticas da Fumdham que sinalizam nesta direção.

O Circuito Histórico da Jurubeba contém vestígios materiais da cultura do homem nordestino, tais como a Casa do Alexandre, a Casa Velha da Jurubeba, a Casa do João Coelho, o Museu do Neco Coelho, a Casa de Isaías Silva e o Muro Histórico. Este último, construído por escravos (BUCO, 2011). Já a Trilha Caminho dos Maniçobeiros é focada no patrimônio cultural dos maniçobeiros e contém vários sítios arqueológicos históricos de antigos locais de coleta de látex (LANDIM, 2014). Nestas duas trilhas é possível encontrar também sítios multicomponenciais, que apresentam ocupação histórica superposta a ocupação pré-histórica como, por exemplo, abrigos sobre rochas com pinturas rupestres que foram adaptados por camponeses e maniçobeiros com a construção de paredes de taipa, formando cômodos que serviam de moradia. Tais iniciativas são importantes à medida que podem estabelecer vínculos identitários em muitos habitantes que residem nas cidades do entorno do Parque e descendem, direta ou indiretamente, de colonizadores europeus e escravos que chegaram à região a partir do século XVIII. Incluir diferentes épocas e diferentes sujeitos e grupos entre o patrimônio salvaguardado pelo Parque Nacional Serra da Capivara pode contribuir para que a população local compreenda e valorize os distintos aspectos da cultura material, sejam estes pré-históricos ou históricos.

Bibliografia

BASTOS, Solange. *O paraíso é no Piauí: a descoberta da arqueóloga Niède Guidon*. Rio de Janeiro: Família Bastos Editora, 2010.

BUCO, Elizabete. *Turismo Arqueológico Região do Parque Nacional Serra da Capivara*. FUMDHAM: Fundação Museu do Homem Americano, 2011.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FUMDHAM, *Parque Nacional Serra da Capivara – Piauí- Brasil*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 1998.

GODOI, Emilia Pietrafesa de. *O Trabalho da Memória: o cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

JUSTAMAND, M. et. all. *Arqueologia da guerra*. Alexa Cultural: São Paulo, 2017.

LANDIM, Joseane Pereira Paes. *Serra Branca dos maniçobeiros: um conjunto habitacional sob rocha que (sobre)vive na memória*. (Dissertação) - Programa de Pós – graduação em Preservação do Patrimônio Cultural, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

LEVY, Claudia. *Gestão e Usos do Território: Conflitos e práticas sócio-espaciais no Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Brasil*. (Dissertação) - Programa de Pós-graduação em Geociências, da Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 2006.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. *Catingueiros da borracha: vida de Maniçobeiro no Sudeste do Piauí 1900-1960*. São Raimundo Nonato – PI: Fumdhm, 2014.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros; BUCO, Cristiane; IGNÁCIO, Elaine. “No Rastro da Maniçoba” Trilha interpretativa da Fazenda Jurubeba. *Fumdhamentos*. Fundação Museu do Homem Americano, n. 08, 2009, p. 124-132.

ORSER, Charles E. *Introducción a la Arqueología Histórica*. Buenos Aires: Asociación Amigos del Instituto Nacional de Antropología, 2000.

POMPA, M. Cristina. *O Parque Nacional Serra da Capivara: um drama social*. [Mimeo]. São Raimundo Nonato - PI, 1987.

QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí 1900-1920*. 3.ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. *Imaginário Social de semi-árido e o processo de construção de saberes ambientais: o caso do município de Coronel José Dias – Piauí*. (Dissertação) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2005.

Clódson dos Santos Silva

Professor Adjunto na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Doutor em Sociologia no Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC).
